



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024**

O **MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE** torna público que promoverá licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital. A presente licitação será processada conforme as disposições da Constituição Federal, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação aplicável, com suas alterações, bem como pelas normas contidas neste Edital e seus anexos, que dele fazem parte integrante, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na legislação específica do objeto licitado.

**Início do Acolhimento das Propostas:** 17 de julho de 2024

**Data da Abertura da Sessão Pública:** 29/07/2024, às 14:00 horas.

**Início da Sessão de Disputa de Preços (fase competitiva):** 22/04/2024 às 14:00 horas. A etapa de lances será iniciada e encerrada pelo Pregoeiro nos termos deste edital. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**Critério de Julgamento:** Menor preço.

**Modo de Disputa:** Aberto; os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**Local de Realização:** Endereço eletrônico do site: [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br). O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

O edital está disponível gratuitamente na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Paraipaba, situada à Rua Joaquim Braga, 296, Centro, Paraipaba/CE, no horário de expediente, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE): [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br), pelo sítio da Bolsa Brasileira de Mercadorias: [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br) - "Acesso Identificado no link específico" e pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Paraipaba/CE: [www.paraipaba.ce.gov.br](http://www.paraipaba.ce.gov.br), informações disponibilizadas também no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

A licitação se subordina aos ditames contidos na Lei Federal n.º 14.133/2021, observadas ainda as determinações da Lei Federal n.º 12.846/13 e demais normas e condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

Nesta licitação ainda será assegurado tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), em conformidade com a Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações.

O presente edital está sujeito a eventuais alterações, que serão devidamente publicadas da mesma forma que o original, devendo os interessados acompanhar, via internet, pelos sites [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br) ou [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br), todo o trâmite licitatório até a data de abertura do certame.

**1 DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADOS PARA OS PROJETOS PEDAGÓGICOS, ENSAIOS E EVENTOS NAS ESCOLAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em lotes deste edital, conforme anexo I Termo de Referência – Relação dos

Rua Joaquim Braga, 296 – Centro – Paraipaba - Ceará - CEP 62685-000

CNPJ: 10.380.680/0001-42 – CGF 06.920.292-3

[www.paraipaba.ce.gov.br](http://www.paraipaba.ce.gov.br)



lotes da Licitação.

1.3 As especificações quanto à qualidade dos produtos encontram-se discriminados no Termo de Referência (Anexo I).

1.4 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- |                  |  |
|------------------|--|
| <b>ANEXO I</b>   | - Termo de Referência - Descrição detalhada do objeto  |
| <b>ANEXO II</b>  | - Minuta do Contrato   |
| <b>ANEXO III</b> | - Declarações Conjuntas  |
| <b>ANEXO IV</b>  | - Declaração de ME (Microempresa) / EPP (Empresa de Pequeno Porte) / MEI (Microempreendedor Individual); |
| <b>ANEXO V</b>   | - Da análise e aceitabilidade da Proposta Final Negociada;   |
| <b>ANEXO V.1</b> | - Modelo de Proposta de Preços Negociada;  |

## 2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste certame qualquer pessoa ou sociedade formalizada que atenda as exigências habilitatórias previstas neste Edital e anexos.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 No presente processo, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, é garantido às microempresas, empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI, tratamento diferenciado e simplificado, nos termos da Lei Complementar 123/2006 com suas alterações, desde que:

a) O licitante indique no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

b) Apresente preenchida e devidamente assinada, juntamente à documentação de habilitação, observadas as exigências de envio deste edital, a Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, conforme o modelo constante no Anexo IV deste edital;



2.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5.2 O licitante que não cumprir o disposto na alínea "a" do item 2.5, não poderá usufruir das prerrogativas concedidas às microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais.

2.6 Terão prioridade de contratação para os lotes exclusivos as microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e microem- preendedor individual – MEI sediadas local, aplicando-lhes a prioridade de contratação até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. Esta priorização está devidamente amparada pelo § 3º do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 com suas alterações, e justifica-se pela obrigatoriedade do gestor de Paraipaba em promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal.

2.7 Para aplicação do disposto nos itens 2.5 a 2.7 do presente edital, entende-se:

a) Melhor preço válido é aquele classificado em primeiro lugar após a etapa competitiva sobre o qual as microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e microempreendedor individual – MEI, sediada local poderá apresentar lance inferior.

b) Microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e microempreendedores individuais – MEI.

2.8 Estarão impedidos de participar desta licitação:

2.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por



afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.9 O impedimento de que trata o item 2.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14 A vedação de que trata o item 2.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**3 DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciadas diretamente no site de licitações no endereço eletrônico [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

3.2 As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, pelos meios disponíveis no endereço eletrônico [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

3.3 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

3.4 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.5 O credenciamento da Licitante e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.

3.6 O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.

3.6.1 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.7 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, bem como, documentos de habilitação elencados no item 7 deste edital, todos por meio do sistema eletrônico no sítio [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

3.8 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.9 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com menor preço, conforme julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

3.10 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.10.1 cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.10.2 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta



apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

3.10.3 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XX- XIII, da Constituição;

3.10.4 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.10.5 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

3.11 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12.1 nos lotes exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.13 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.10 a 3.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.14 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até o horário indicado no preâmbulo deste como término de cadastramento das propostas.

3.15 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.16 Serão disponibilizados para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.17 Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

3.18 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema

Rua Joaquim Braga, 296 – Centro – Paraipaba - Ceará - CEP 62685-000

CNPJ: 10.380.680/0001-42 – CGF 06.920.292-3

[www.paraipaba.ce.gov.br](http://www.paraipaba.ce.gov.br)



eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobretudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "[www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br), que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

3.19 O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.20 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos próprios no sistema eletrônico.

4.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **valor unitário**.

4.3 O sistema estará configurado para aceitar propostas com no máximo 02 (duas) casas decimais.

4.4 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4.1 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

4.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a **MARCA** do produto, sob pena de desclassificação.



4.9 É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

4.10 Quando a marca do licitante for o nome do mesmo, deverá ser indicado como “MARCA PRÓPRIA” no campo “marca” do sistema eletrônico.

4.11 Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

4.12 As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

4.13 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.14 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.15 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio eletrônico, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.





- 5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8.1 Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço consignado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o item.
- 5.9 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.
- 5.9.1 Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.
- 5.10 O procedimento seguirá com o envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos lotes anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e



registrado em primeiro lugar.

5.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, mediante designação de data e horário no chat da plataforma eletrônica de realização do certame.

5.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17 O sistema eletrônico estará programado para promover, automaticamente, aos participantes que se enquadrarem como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, os benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, desde que o licitante, no momento de cadastro de sua proposta, indique, em campo próprio do sistema, sua condição.

5.17.1 Em relação aos lotes destinados exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, o sistema está programado para promover o benefício aos participantes estabelecidos localmente, conforme previsto no tópico 2 deste edital e, assim que for finalizada a etapa de lances, não sendo o licitante local o detentor da oferta de menor valor, mas estando compreendido no intervalo de até 10% (dez por cento) desta, o sistema eletrônico fará a indicação quanto à preferência de contratação, para que o licitante sediado localmente, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, efetue um último lance de valor inferior ao menor registrado.

5.17.1.1. Para que tenha direito às prerrogativas descritas neste subitem, o licitante deverá, no momento de inclusão de sua proposta inicial, indicar, em campo próprio do sistema, que está sediado localmente.

5.17.1.2. Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo citado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais sediados localmente que, porventura, possuam lances ou propostas na situação deste subitem, serão convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

5.17.1.3. O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los.

5.17.1.4. Caso nenhuma das licitantes sediadas localmente efetuarem lances de valor inferior, será mantida a ordem inicial de classificação das propostas.

5.17.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se



# Prefeitura de **Paraipaba**



identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



5.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4 Será convocado o licitante melhor classificado que, sob pena de desclassificação, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Processos Administrativos Disciplinares do Município de Paraipaba-CE;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>)

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e microempreendedores individuais – MEI, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.12 deste edital.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 Para o julgamento das propostas, será considerado o critério de **MENOR PREÇO** por lote.

6.7.1 Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO por lote**, observados os valores unitários de cada item para fins de aceitação.

6.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1 contiver vícios insanáveis;

6.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3 permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4 não cumprir à exigência contida no item 5.19.4 deste edital ou apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das



propostas.

## 7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos abaixo elencados, bem como aqueles previstos no Termo de Referência (Anexo I), quando houver, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico de realização do pregão.

### 7.2 Habilitação Jurídica:

7.2.1 Cédula de Identidade do responsável legal.

7.2.2 REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

7.2.3 ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

7.2.4 INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

7.2.5 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

7.2.6 DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

7.2.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 7.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (CGF) ou municipal (ISS), conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



# Prefeitura de **Paraipaba**



a) A prova de regularidade com a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual.

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

7.3.3 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS;

7.3.4 Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011;

## 7.4 Habilitação Econômico-Financeira:

7.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.4.1.1. Na hipótese em que a certidão para recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

7.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.4.2.1. A documentação exigida acima estará restrita ao último exercício social, no caso de empresas constituídas há menos de dois anos.

7.4.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

7.4.2.2. As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real/presumido, através da escrituração digital SPED (ECO), conforme dispõe o art. 3º da Instrução Normativa nº 1.594 de 01 de dezembro de 2015, da Receita Federal do Brasil, fica exigida a apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, até o último dia útil do mês de maio do corrente ano.

7.4.2.3. As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicada na Imprensa Oficial de acordo com a legislação pertinente.

## 7.5 Habilitação Técnica:

7.5.1 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o(a) licitante fornece ou forneceu produtos de natureza e espécie condizentes com o objeto deste Edital..

Rua Joaquim Braga, 296 – Centro – Paraipaba - Ceará - CEP 62685-000

CNPJ: 10.380.680/0001-42 – CGF 06.920.292-3

[www.paraipaba.ce.gov.br](http://www.paraipaba.ce.gov.br)



# Prefeitura de **Paraipaba**



a) Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, poderão promover diligência junto a emitente, a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão, e:

- I. Constatada a veracidade, será confirmada a habilitação da licitante;
- II. Constatada a não veracidade, a licitante será inabilitada, sendo o fato encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que seja aberto processo administrativo, e comprovado o dolo, aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente

7.6 No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante a Diretoria de Compras e Contratos, por Agente de Contratação ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado, sob pena de inabilitação, se o licitante apresentou, em campo próprio do sistema, todas as declarações mencionadas no item 3.10 deste edital.

7.8 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.8.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.8.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.9 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.11 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.12 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05

7.13 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.14 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o





seguinte:

- 7.14.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 7.14.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 7.14.3 Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;
- 7.14.4 Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## 8 DOS RECURSOS

- 8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.
- 8.3.1 O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será concedido na sessão pública e não será inferior a 10 (dez) minutos, podendo o Pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.
- 8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

9.1 Examinada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, inexistindo manifestação recursal, incumbe à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

9.2 Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

## **10 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

10.1 Findo o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para firmar contrato ou instrumento equivalente com a Administração nos moldes da minuta constante do Anexo II deste edital, quando assim a lei o exigir.

10.2 Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

10.3 Não assinando o licitante vencedor a nota de empenho, contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-á ao Município de Paraipaba o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no artigo 90 da Lei n.º 14.133/2021.

10.4 O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.5 A vigência do contrato será até 31 de dezembro 2024, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

10.5.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10.6 Previsão contratual de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio:

10.6.1 Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

10.6.2 O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice IPCA.



10.6.3 A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

10.6.4 O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

10.6.5 No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

10.7 Fica vedada a subcontratação, conforme item 4.2 do Termo de Referência (Anexo I).

## **11 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, PRAZO, LOCAL DE ENTREGA**

11.1 Os itens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos em conformidade com o Termo de Referência (Anexo I).

11.2 O Município de Paraipaba-CE reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas no presente edital.

## **12 DO PAGAMENTO**

12.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega efetivamente realizada, conforme Solicitação de Fornecedor, mediante apresentação da Nota Fiscal, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto e posteriormente à liquidação.

12.2 Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o licitante vencedor deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitido sem rasura e em letra legível o nome do Município de Paraipaba e a inscrição no CNPJ n.º 11.977.291/0001-99.

12.3 A(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s) deverá(ão) ser entregue(s) pelo licitante vencedor diretamente aos servidores lotados nas Secretarias Municipais requisitantes que somente atestarão a entrega do objeto e liberarão a(s) referida(s) nota(s) fiscal(is) para pagamento, quando cumpridas pelo licitante vencedor todas as condições pactuadas.

12.4 Havendo erro na(s) nota(s) fiscal(is) ou circunstância(s) que impeça(m) a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que aquele providencie as



medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Paraipaba.

### **13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

13.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.1.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

13.1.13 praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.



13.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1 Advertência pela falta do subitem 13.1.1 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2 A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;

13.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 e subitens 13.1.6 a 13.1.7 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

13.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

13.4 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

13.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

13.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.7.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;



# Prefeitura de **Paraipaba**



13.7.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.7.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.7.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

13.7.5 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.7.6 A aplicação das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II- B do Título XI do Código Penal.

## **14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

14.3.1 Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, podendo, para tanto, ser utilizado o site serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias, [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

14.3.2 As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Pregoeiro por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias, [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br).

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5 As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site de realização deste certame, [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br), para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

## **15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Rua Joaquim Braga, 296 – Centro – Paraipaba - Ceará - CEP 62685-000

CNPJ: 10.380.680/0001-42 – CGF 06.920.292-3

[www.paraipaba.ce.gov.br](http://www.paraipaba.ce.gov.br)



# Prefeitura de **Paraipaba**



15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 O edital está disponível gratuitamente na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de PARAIPABA, situada à Rua Joaquim Braga, 296, Centro, Paraipaba/CE, no horário de expediente, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE): [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br), pelo sítio da Bolsa Brasileira de Mercadorias: [www.novobmnet.com.br](http://www.novobmnet.com.br) - "Acesso Identificado no link específico" e pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Paraipaba/CE: [www.paraipaba.ce.gov.br](http://www.paraipaba.ce.gov.br).

Paraipaba-CE., 16 de julho de 2024.

  
FRANCISCO HENES FERREIRA CUNHA  
Secretário de Educação e Desporto

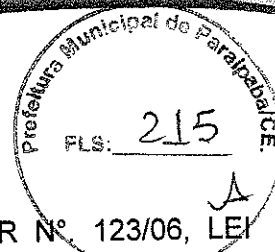


Prefeitura de  
**Paraipaba**



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA





## TERMO DE REFERÊNCIA

**I - FUNDAMENTO LEGAL:** LEI Nº. 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06, LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/14 E SUAS ALTERAÇÕES, DECRETO MUNICIPAL Nº 05-DE-24 DE MARÇO DE 2023 e LEI Nº. 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**II - UNIDADE:** Secretaria de Educação e Desporto.

**III - DESTINATÁRIO:** Agente de Contratação

**IV - OBJETIVO:** Desencadeamento de Processo de Licitação

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

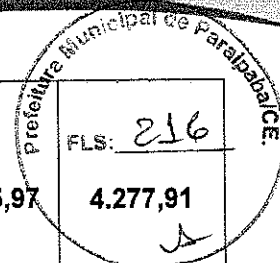
**1.1. OBJETO:** AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADOS PARA OS PROJETOS PEDAGÓGICOS, ENSAIOS E EVENTOS NAS ESCOLAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

1.1.1. Este objeto será adquirido através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento parcelado.

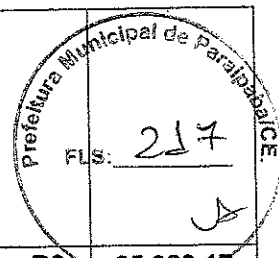
1.1.2. O critério de julgamento da licitação será o **MENOR PREÇO POR LOTE.**

### 1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

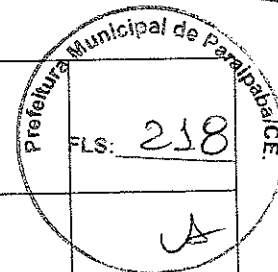
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VR. UNIT.	VR. TOTAL
<b><u>LOTE 01</u></b>					
1	ESCALETA - FEITA EM ABS, 32 TECLAS, A ESCALETA TEM ALCANCE DE F (FÁ) A C (DÓ) E AFINAÇÃO EM C (DÓ). POSSUI UM BOCAL PARA UTILIZAÇÃO DIRETO NO INSTRUMENTO E EXTENSOR (CANO). - ACOMPANHA BAG PARA TRANSPORTE; - MATERIAL ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO; - PESO DO PRODUTO: 690 GRAMAS; - DIMENSÕES DO PRODUTO: 43 X 12 X 6 CM; - GARANTIA: 3 MESES; - COR A DEFINIR PELA CONTRATANTE. SUGESTÃO DE MARCA: SPRING; CONCERT; DOLPHIN.	UND.	54	132,14	7.135,56
2	FLAUTA DOCE - SOPRANO; BARROCA; MATERIAL: RESINA PLÁSTICA; COR: CREME; ACOMPANHA BAG; DIMENSÕES DO PRODUTO: 40X16X11CM; PESO: 1KG; GARANTIA DE 12 MESES APÓS O RECEBIMENTO DO PRODUTO. SUGESTÃO DE MARCAS: YAMAHA; DOLPHIN; MAPE	UND.	100	47,33	4.733,00
3	FLAUTA CONTRALTO - BARROCA; DIMENSÃO DO PRODUTO: 40X15X10CM; PESO: 2KG; MATERIAL: RESINA ABS; CORES: MARROM E CREME; ACOMPANHA BAG, HASTE DE LIMPEZA E GRAXA; GARANTIA DE 12 MESES APÓS O RECEBIMENTO DO PRODUTO.	UND.	15	327,80	4.917,00
4	BOQUILHA SAX ALTO COMPLETA - ABERTURA 05, MATERIAL PLÁSTICO.	UND.	1	115,60	115,60



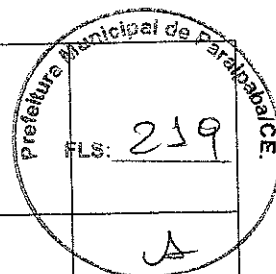
5	FLAUTA TRANSVERSAL - PARAFUSOS AÇO INOXIDÁVEL; RECURSOS MECANISMO DO MI AUTOMÁTICO; SISTEMA BOEHM; ACABAMENTO NIQUELADO; ESTOJO SUPER LUXO; DIMENSÕES 25.000 X 22.00 X 40.000 CM; EM DÓ COM CASE; COR: NIQUELADA; SUGESTÃO DE MARCAS: WERILL, YAMAHA, EAGLE.	UND.	3	1.425,97	4.277,91
6	TROMPETE - CONDIÇÃO: NOVO; PRODUTO 100% ORIGINAL; AFINAÇÃO: EM BB (SI BEMOL); PISTOS: CUPRONICKEL; BOTÕES: PEROLIZADOS; ANEL FIXO NA TERCEIRA POMPA; SISTEMA: CURVA DA TERCEIRA POMPA REMOVÍVEL; QTDE DE CHAVES D'ÁGUA: 02; RECURSOS: GATILHO 1ª E 3ª POMPA; CALIBRE: 11,70 MM; CAMPANA: 124 MM; ENCAIXES: ALPACA; ACABAMENTO: LAQUEADO; VÁLVULAS: EM AÇO INOXIDÁVEL; BOCAL PRATEADO; ALTURA: 55,0 CM; LARGURA: 15,0 CM; PESO: 1,12 KG; PESO DO ESTOJO: 3,400 KG; ESTOJO LAQUEADO SIB COM SUGESTÃO DE MARCAS: WERILL, YAMAHA, EAGLE	UND.	4	2.320,17	9.280,68
7	TROMBONE DE VARA LAQUEADO - ACABAMENTO: LAQUEADO; CALIBRE: 12,70 MM; CAMPANA: 203 MM; TUBOS EXTERNOS ALPACA; RECURSOS CONTRAPESO DE CAMPANA; ESTOJO (CASE) LUXO; MODELO CAMPANA; ESTOJO PARA TRANSPORTE; MANUAL E GARANTIA; LARGURA: 97.00 CM ALTURA 33.00 CM COMPRIMENTO: 33.00 CM PESO: 5500.00 G. SUGESTÃO DE MARCA: WERIL, YAMANAH.	UND.	4	3.023,33	12.093,32
8	TROMPA HARMÔNICA TPA680 FÁ/SIB COM CASE TPA 680 - ACABAMENTO, (FINISH) LAQUEADO, ANEL FIXO APOIOS REGULÁVEIS, CALIBRE 12 MM DE DIÂMETRO, CAMPANA 310 MM, RECURSOS EXECUÇÃO COM A MÃO ESQUERDA, ROTORES 4 VÁLVULAS ROTATIVAS, ACOMPANHA CASE E BOCAL.	UND.	1	6.904,00	6.904,00
9	CLARINETE 17 CHAVES EM SIB COM ESTOJO - CORPO (BODY): ABS; CHAVES: NIQUELADAS; PARAFUSOS: AÇO INOXIDÁVEL; SISTEMA: SISTEMA BOEHM; ACABAMENTO (FINISH): BRILHANTE; ESTOJO (CASE): SUPER LUXO; COR DO INSTRUMENTO: PRETO. SUGESTÕES DE MARCAS: WERILL, YAMANHA, QUASAR	UND.	5	1.648,91	8.244,55
10	SAXOFONE ALTO WASM 30 EB LAQUEADO COM ESTOJO ESSENCE - SAXOFONE ALTO, AFINAÇÃO EB (MIBEMOL), APOIO DE POLEGAR DIREITO, METÁLICO REGULÁVEL, ACABAMENTO LAQUEADO, CAMPANA REMOVÍVEL E COM ORNAMENTAÇÃO, PARAFUSOS DE MICRO REGULAGEM NAS CHAVES B (SI) / A (LÁ) / F (FÁ) / E (MI) / D (RÉ). ACESSÓRIOS: BOQUILHA E PALHETA, ABRAÇADEIRA DE METAL, COBRE BOQUILHA, KIT DE LIMPEZA E CASE.	UND.	1	3.499,95	3.499,95
11	SAX TENOR LAQUEADO DOURADO SI BEMOL + BAG - AFINAÇÃO: BB (SI BEMOL), APOIO: POLEGAR REGULÁVEL, CHAVES: F# AGUDO E BB GRAVE ARTICULÁVEL. POSSUI PORTA LIRA, ACABAMENTO: LAQUEADO DOURADO, ACESSÓRIOS: BAG,	UND.	1	4.781,60	4.781,60



BOQUILHA, PALHETAS DE BOCAL, PAR DE LUVAS, CORREIAS E FLANELA. PESO: 3,5 KG, DIMENSÕES COM BAG: L:80CM X A:19CM X C:31CM, PESO COM BAG: 6,2KG. ITENS INCLUSOS: 01 SAXOFONE SHELTER, 01 BAG, 01 BOQUILHA, 01 PALHETA DE BOCAL RESERVA, 01 PAR DE LUVAS BRANCAS, 01 FLANELA E 03 CORREIAS.										R\$ 65.983,17	
<b>VALOR DO LOTE 01.....R\$ 65.983,17</b>											
ITEM	ESPECIFICAÇÃO					UND	QTDE	VR. UNIT.	VR. TOTAL		
<b>LOTE 02</b>											
1	CAJON ELETROACÚSTICO INCLINADO - DIMENSÕES DO PRODUTO: 50CM X 30CM X 30CM (C X L X A); POSSUI UM LADO COM ESTEIRA PARA TOCAR COM A MÃO OU BAQUETAS/VASSOURINHAS, E O OUTRO LADO SEM ESTEIRA PARA TOCAR COM O PEDAL; POSSUI MICROFONE INTERNO COM CONEXÃO XRL DE METAL; ACABAMENTO NATURAL E PINTURA EPÓXI; CORPO EM MADEIRA COMPENSADO; GARANTIA: 12 MESES APÓS O RECEBIMENTO DO PRODUTO; COR A DEFINIR PELA CONTRATANTE. SUGESTÃO DE MARCA: MILÊNIO; SELA; ROLAND.					UND.	1	553,42	553,42		
2	CAJÓN PROFISSIONAL - MODELO: ELÉTRICO INCLINADO; MATERIAL: MADEIRA DE COMPENSADO 10MM; PELE: MADEIRA DE COMPENSADO 4MM, MARFIM; ESTEIRA: AÇOS REGULÁVEIS (REGULAGEM EXTERNA); MEDIDAS: (A, L, C) 51X33X36CM; PESO: 4,450KG; ACOMPANHA: MANUAL DE INSTRUÇÕES; 01 CHAVE DE AFINAÇÃO; 02 VASSOURINHAS DE NYLON; 2 CABOS PARA CAJÓN; COR: A DEFINIR PELA CONTRATANTE; GARANTIA: 12 MESES APÓS O RECEBIMENTO. SUGESTÃO DE MARCA: MILÊNIO; SELA; ROLAND.					UND.	1	583,53	583,53		
3	BATERIA COMPLETA 7 PEÇAS INICIANTE BUMBO 20 - COMPOSIÇÃO DO KIT TONS: 10X8" E 12X9"; SURDO: 14X13" DE CHÃO; BUMBO: 16"; CAIXA: 12X5,5"; KIT DE FERRAGENS LIGHT TECH 1 ESTANTE DE PRATO RETA: 1 ESTANTE DE CAIXA; 1 MÁQUINA DE CHIMBAL; 1 PEDAL SIMPLES; PRATOS DE ESTUDO COM CRASH 12" E CHIMBAL 12"; TOM-HOLDERS INCLUSOS; CAIXA DE 12X5,5" E AROS DE AÇO INOXIDÁVEL 1,7MM NA COR PRETA; BUMBO COM SUPER KICK E DEFINIÇÃO, PÉS TELÉSCOPIO. SUGESTÃO DE MARCAS: MACHEL, RMV, NAGANO					UND.	1	2.477,67	2.477,67		
4	ZABUMBA 20X18 MADEIRA DUPLA AFINAÇÃO ARO DE INOX - BLACKTEEL; PELE LEITOSA; CORPO DE MADEIRA; VERNIZ NATURAL; DUPLA AFINAÇÃO; MODELO 90002; ALTURA: 25CM; DIÂMETRO: 47CM; ACOMPANHA BAQUETAS.					UND.	1	671,00	671,00		
5	PAR CONGA COMPACTA 10 PRETA SUPORTE SLIM PELE SINTÉTICA PAR DE CONGAS COMPACTAS SLIM - RACK 10,5 E 11,5 POLEGADAS RACK PRETO E CHAVE DE AFINAÇÃO CARACTERÍSTICAS: - MEDIDAS: 10,5" E 11,5" - PESO APROXIMADO DAS CONGAS: 4,8KG E 5KG - ALTURA APROXIMADA DAS CONGAS: 20CM - PESO APROXIMADO DO RACK: 3,1KG - ALTURA APROXIMADA DO RACK (SEM AS					UND.	1	1.928,95	1.928,95		



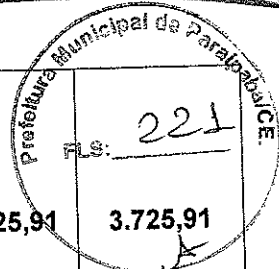
	CONGAS): 87CM - ALTURA TOTAL: 1,13CM - PELES SINTÉTICAS - 6 AFINADORES - CORPO EM MADEIRA - ARO E AFINADORES PRETOS (PINTURA ELETROSTÁTICA) - AROS CONFORTÁVEL.				
6	PANDEIRO 10' BRASIL PRETO PELE LEITOSA PPPA00015+ CAPA - PELE: LEITOSA (NYLON), FERRAGENS: INOX, CORPO: ABS (PLÁSTICO), PESO: 390G, COR: PRETO, OBS.: NÃO CONTÉM FURO PARA O DEDO; CONTÉM: 01 PANDEIRO; 01 CHAVE DE AFINAÇÃO E 01 CAPA ALMOFADADA.	UND.	2	91,57	183,14
7	CAIXA GUERRA ALUMÍNIO 14 POL 15CM TAROL + BAQUETAS TALABARTE - MEDIDAS: 14" X 15 CM, PESO APROXIMADO: 2,4 KG, PELE BATEDEIRA DE NYLON, PELE DE RESPOSTA FINA, ESTEIRA COM 18 FIOS, 6 AFINADORES COM PARAFUSOS PADRÃO SEXTAVADO, CORPO EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, FERRAGENS CROMADAS, AROS TIPO CHAPA CROMADOS, SISTEMA AUTOMÁTICO DE ESTEIRA, FIXAÇÃO DA ESTEIRA POR FITA, CAIXA DE GUERRA 14" X 15CM ALUMÍNIO LISO 6, TALABARTE 2 GANCHOS ALGODÃO CURTO, BAQUETAS CAIXA - PAR ( 14001).	UND.	4	405,05	1.620,20
8	BUMBO FUZILEIRO 30X22 10 AFINAÇÕES ARO CHP - BUMBO 30X22" ALUMISTEEL 10 AFINAÇÕES ARO CHAPA PRETO PELE LEITOSA BATUKA BY LUEN 60020, TAMANHO 30 CENTÍMETROS X 22 POLEGADAS; CORPO FABRICADO EM ALUMISTEEL; 10 PARAFUSOS DE AFINAÇÃO.	UND.	4	483,06	1.932,24
9	SURDO 14X30 EM ALUMÍNIO 6 AFINAÇÕES COM PELE LEITOSA - CORPO DE ALUMÍNIO SUPER ROBUSTO. COM 6 AFINADORES EM TIRANTE, PELE LEITOSA P3 DE 250 MICRONS E FERRAGENS CROMADAS, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE E UM SOM ESPECÍFICO. MEDIDA: 14"X30CM; PELE LEITOSA P3 DE 250 MICRONS; 6 AFINADORES EM TIRANTE; CORPO DE ALUMÍNIO; FERRAGENS CROMADAS.	UND.	3	335,97	1.007,91
10	1 QUINTON 6", 8", 10", 12" E 13" FM-76300 COM COLETE - ESPESSURA DO TAMBOR: 6,5 MM; MATERIAL DO TAMBOR: LYPTUS; COR DO TAMBOR: BRANCO; MATERIAL DAS CANOAS: ZAMAC; COR DAS CANOAS: PRETO; MATERIAL DOS AROS: AÇO; ESPESSURA DOS AROS: 1,6 MM; COR DOS AROS: PRETO; MATERIAL DA PELE: FILME DE POLYESTER LEITOSO; ESPESSURA DA PELE: 250 MICRAS; MATERIAL DO COLETE: ALUMÍNIO; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 90 DIAS.	UND.	1	2.582,63	2.582,63
11	BUMBO 16 X 14- 8AFIN. COM COLETE - ESPESSURA DO TAMBOR: 6,5 MM + ANEL DE REFORÇO: 12 MM; MATERIAL DO TAMBOR: LYPTUS; COR DO TAMBOR: BRANCO; MATERIAL DAS CANOAS: ZAMAC; COR DAS CANOAS: PRETO; MATERIAL DOS AROS: MADEIRA; ESPESSURA DOS AROS: 8 MM; MATERIAL DA PELE: FILME DE POLYESTER LEITOSO; ESPESSURA DA PELE: 250 MICRAS; MATERIAL DO COLETE: ALUMÍNIO; FACE INTERNA LIXADA E	UND.	1	2.457,30	2.457,30



	IMPERMEABILIZADA; FACE EXTERNA REVESTIDA COM LAMINADO MELAMÍNICO (FÓRMICA) BRILHANTE COM 0,8MM; ACOMPANHA CHAVE DE AFINAÇÃO; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PEARL, ADAH, QUASAR				
12	BUMBO 18 X 14- 8AFIN. COM COLETE - ESPESSURA DO TAMBOR: 6,5 MM + ANEL DE REFORÇO: 12 MM; MATERIAL DO TAMBOR: LYPTUS; COR DO TAMBOR: BRANCO; MATERIAL DAS CANOAS: ZAMAC; COR DAS CANOAS: PRETO; MATERIAL DOS AROS: MADEIRA; ESPESSURA DOS AROS: 8 MM; MATERIAL DA PELE: FILME DE POLYESTER LEITOSO; ESPESSURA DA PELE: 250 MICRAS; MATERIAL DO COLETE: ALUMÍNIO; FACE INTERNA LIXADA E IMPERMEABILIZADA; FACE EXTERNA REVESTIDA COM LAMINADO MELAMÍNICO (FÓRMICA) BRILHANTE COM 0,8MM; ACOMPANHA CHAVE DE AFINAÇÃO; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PEARL, ADAH, QUASAR	UND.	1	2.135,49	2.135,49
13	BUMBO 20 X 14- 8AFIN. COM COLETE - ESPESSURA DO TAMBOR: 6,5 MM + ANEL DE REFORÇO: 12 MM; MATERIAL DO TAMBOR: LYPTUS; COR DO TAMBOR: BRANCO; MATERIAL DAS CANOAS: ZAMAC; COR DAS CANOAS: PRETO; MATERIAL DOS AROS: MADEIRA; ESPESSURA DOS AROS: 8 MM; MATERIAL DA PELE: FILME DE POLYESTER LEITOSO; ESPESSURA DA PELE: 250 MICRAS; MATERIAL DO COLETE: ALUMÍNIO; FACE INTERNA LIXADA E IMPERMEABILIZADA; FACE EXTERNA REVESTIDA COM LAMINADO MELAMÍNICO (FÓRMICA) BRILHANTE COM 0,8MM; ACOMPANHA CHAVE DE AFINAÇÃO; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PEARL, ADAH, QUASAR	UND.	1	2.623,02	2.623,02
14	BUMBO 22 X 14 - 10AFIN. COM COLETE - ESPESSURA DO TAMBOR: 6,5 MM + ANEL DE REFORÇO: 12 MM; MATERIAL DO TAMBOR: LYPTUS; COR DO TAMBOR: BRANCO; MATERIAL DAS CANOAS: ZAMAC; COR DAS CANOAS: PRETO; MATERIAL DOS AROS: MADEIRA; ESPESSURA DOS AROS: 8 MM; MATERIAL DA PELE: FILME DE POLYESTER LEITOSO; ESPESSURA DA PELE: 250 MICRAS; MATERIAL DO COLETE: ALUMÍNIO; FACE INTERNA LIXADA E IMPERMEABILIZADA; FACE EXTERNA REVESTIDA COM LAMINADO MELAMÍNICO (FÓRMICA) BRILHANTE COM 0,8MM; ACOMPANHA CHAVE DE AFINAÇÃO; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PEARL, ADAH, QUASAR	UND.	1	2.787,69	2.787,69
15	PANDEIRO MEIA - LUA - DIÂMETRO: 32 CM; ALTURA: 9 CM; LARGURA: 23 CM; COR: PRETO; MATERIAL DO CORPO: PLÁSTICO. SUGESTÕES DE MARCA: TORELLI, LIVERPOOL, SPANKING	UND.	1	34,69	34,69
16	CAIXAS HIGHSTROKE 14" X 12" 12AF. HSS-0100 COM COLETE - MATERIAL DO TAMBOR: LÂMINAS NATURAIS DE EUCALIPTO TRANSGÊNICO; ESPESSURA DO TAMBOR: 8MM; COR DO TAMBOR:	UND.	4	5.531,68	22.126,72

Prefeitura Municipal de Paraipaba/CE  
FLS: 220  
A

	BRANCO; MATERIAL DOS AROS: ALUMÍNIO; COR DOS AROS: PRETO; MATERIAL DA ESTEIRA: 24 FIOS DE AÇO; MATERIAL DA PELE BATEDEIRA: HÍBRIDA FEITA COM FILME DE POLIÉSTER E TECIDO DE ARAMIDA; MATERIAL DO COLETE: ALUMÍNIO; COR DO COLETE: PRETO; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCAS: PEARL, ADAH, QUASAR				
17	CAIXA TENOR ARO DÚPLO - DIÂMETRO: 14" PROFUNDIDADE: 12". TAMBOR: CONFECCIONADO COM 6 FOLHAS DE BIRCH AMERICANO, TOTALIZANDO 8MM DE ESPESSURA; COM BORDAS EM 45° ASSEGURANDO UM MELHOR ASSENTAMENTO DA PELE. / FUSTE EM ACRÍLICO (AC). FACE INTERNA: FINÍSSIMO ACABAMENTO E LIXAMENTO, IMPERMEABILIZADA PARA MAIOR DURABILIDADE E PROTEÇÃO DA MADEIRA. FACE EXTERNA: REVESTIDO COM POLYESTER RESINADO BRILHANTE COR BRANCO, COM COLAGEM PARA MAIOR FIXAÇÃO E PROTEÇÃO. CANOAS: SISTEMA INTEIRIÇO INTERLIGADOS POR 12 LONGARINAS EM ALUMÍNIO, COM PORCAS DE AFINAÇÃO EM AÇO NAS SUAS EXTREMIDADES PARAFUSOS: MODELO UNIVERSAL (CABEÇA QUADRADA COM ROSCA 7/32; CROMADO); ARRUELA DE PRESSÃO PARA MELHOR SEGURANÇA E AFINAÇÃO. PELE BATEDEIRA: PELE REVESTIDA COM LAMINADO EM TECIDO, DENOMINADO KEVLAR, COM ÓTIMA PROJEÇÃO SONORA E ATAQUE, MODELO QUASAR/FALAMS II PELE RESPOSTA: PELE REVESTIDA COM TECIDO EM MANTA, DENOMINADO KEVLAR, COM FILME EM 75 MICRONS PARA MELHOR TENSÃO DA PELE E SOM ACENTUADO. AROS: 2 AROS NA PARTE SUPERIOR UNIDOS POR 12 PARAFUSOS, E 1 NA PARTE INFERIOR; ACABAMENTO ELETROSTÁTICO NA COR PRETO. AUTOMÁTICO: MODELO INFERIOR SISTEMA ENGATE RÁPIDO PARA UM BOM ACIONAMENTO E PRECISÃO; MODELO SUPERIOR SISTEMA ESFERA, PARA REGULAGEM DE TIMBRES. ESTEIRA: INFERIOR DE 14 FIOS EM NYLON, COM MICROAFINAÇÃO INDIVIDUAL E TENSÃO DE FIOS: SUPERIOR COM 24 FIOS DE METAL E REGULAGEM DE TENSÃO E TIMBRES. COLETE: COM ACABAMENTO RESINADO NA COR BRANCO; OMBREIRAS E APOIO ABDOMINAL COM REFORÇO E PROTEÇÃO COM MATERIAL EM E.V.A DE 20 MM DE ESPESSURA, PARA MAIOR COMODIDADE; VÁRIAS REGULAGENS DE ALTURA; SISTEMA DE ENCAIXE PELA PARTE SUPERIOR, COM FECHAMENTO NAS COSTAS; ACOMPANHA CHAVE DE REGULAGEM DE ALTURA E CHAVE DE AFINAÇÃO (OPCIONAL EM FIBRA DE CARBONO).	UND.	3	6.748,50	20.245,50
<b>VALOR DO LOTE 02.....R\$</b>					<b>65.951,10</b>
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>QTDE</b>	<b>VR. UNIT.</b>	<b>VR. TOTAL</b>
	<b>LOTE 03</b>				



1	TECLADO ARRANJADOR - COM BOTÕES ATRIBUÍVEIS QUE PERMITEM A MANIPULAÇÃO DE VÁRIOS EFEITOS E PARÂMETROS EM VOZES E ESTILOS; DIMENSÕES DO PRODUTO: 106,81 X 50,01 X 21,59CM X 7KG; NÚMERO DE TECLAS: 61 TECLAS; TECNOLOGIA DE CONECTIVIDADE: USB; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: ELÉTRICO COM FIO; COR: PRETO; GARANTIA: 12 MESES. SUGESTÃO DE MARCAS: YAMAHA; CÁSSIO; REVAS.	UND.	1	3.725,91	3.725,91
2	TECLADO ARRANJADOR MUSICAL 61 TECLAS - MODELO DE REFERÊNCIA: PSR-E373, COR: PRETO, TECLADO: ESTILO ÓRGÃO, TECLAS: 61, POLIFONIA: 48 NOTAS, CANÇÕES: 154 (INCLUINDO "TOUCH TUTOR": 10, "CHORD STUDY": 12, "CHORD PROGRESSION", ACOMPANHAMENTOS: 205 RITMOS TIMBRES: 622 VOZES (241 PANEL VOICES + 22 DRUM/SFX KITS + 20 ARPEGGIO + 339 XGLITE VOICES), EFEITOS: DSP, REV - X, CHORUS, EQUALIZAÇÃO MASTER E HARMONIA TIPO DE CONEXÕES: 12VDC, FONE DE OUVIDO, PEDAL SUSTAIN, AUX IN E USB TO HOST FONTE COMPATÍVEIS: FONTE AC (PA-130, PA-3C OU EQUIVALENTE RECOMENDADO PELA OU PILHA (SEIS PILHAS #AA# ALCALINAS (LR6), MANGANÉS (R6) OU NI-MH RECARREGÁVEIS (HR6) CONSUMO DE ENERGIA: 5 W (COM A FONTE PA-130) DIMENSÕES: 945 X 118 X 369 MM (LXAXP) PESO: 4,6 KG (10 LB, 2 OZ) (PILHAS NÃO INCLUÍDAS) ALTO FALANTES: 12 CM X 2 POTÊNCIA: 2,5 W + 2,5 W.	UND.	1	1.896,75	1.896,75
<b>VALOR DO LOTE 03.....R\$</b>					<b>5.622,66</b>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VR. UNIT.	VR. TOTAL
<b>LOTE 04</b>					
1	SUPOORTE DE TECLADO EM X - MATERIAL: TUBO METALON, 20X20; FÁCIL AJUSTE DE ALTURA; COM PONTEIRAS; ANTIDERRAPANTES QUE GARANTEM ESTABILIDADE; COR: PRETO; GARANTIA: 06 MESES.	UND.	5	133,94	669,70
2	CASE PARA TECLADO - CASE EXTRA LUXO ACOLCHOADA PARA TECLADO; DIMENSÕES INTERNA: COMPRIMENTO: 98CM; LARGURA: 41CM; LARGURA LATERAL: 14CM; CAPA ESPUMADA ACOLCHOADA; FRENTE E FUNDO DA CAPA EXTRA LUXO COM 5MM DE ESPUMA; ESPUMA FINA CONFECCIONADA EM OXFORD 4200D; MATERIAL EXTERNO: OXFORD 4200D; MATERIAL INTERNO: FORRO DE TNT; COSTURA COM ACABAMENTO EM OVERLOCK; COSTURA RESISTENTE AO PESO DO INSTRUMENTO; ALÇAS DE MÃO COM REFORÇO; ZIPER GROSSO Nº 08; 01 BOLSO (26X29XM); - 01 BOLSO (18X10X4CM); PUXADORES DE METAL; PESO TOTAL DA CAPA: APROX. 700 GRAMAS.	UND.	1	136,50	136,50
3	CASE PARA CAJON -MATERIAL: TECIDO OXFORD, ALTA QUALIDADE, IMPERMEÁVEL E DURÁVEL; COR: PRETO; ALÇA DE OMBRO E ALÇA DE ADERÊNCIA CONFORTÁVEL; FÁCIL DE TRANSPORTAR; PESO DO PRODUTO: 742 GRAMAS; APROX. 49 X 30 X 31,9 CM/19,29 X 11,81 X 12,55 POLEGADAS.	UND.	1	143,43	143,43

4	ESTANTE PARA PARTITURA - ARTICULADA COM DOIS ESTÁGIOS DE ALTURA E COM BASE EASY-LOCK; PESO: 1,2KG; ALTURA MÍNIMA: 0,51M; ALTURA MÁXIMA: 1,65M; COR: PRETO. SUGESTÃO DE MARCA: RMV; DOLPHIN; HAYONIK.	UND.	20	175,14	3.502,80
5	PASTA CATÁLOGO PARA PARTITURA - TAMANHO: 245X 335X 20MM; COM 50 ENVELOPES INCLUSO; FINA; COM 4 COLCHETES; COM VISOR; COR: PRETO. SUGESTÃO DE MARCA: DAC; ACP; DELLO.	UND.	220	24,43	5.374,60
6	BAG SEMI CASE SAX ALTO COURO SINTÉTICO - CAPA PROTETORA EM COURO SINTÉTICO PARA SAXOFONE ALTO, ESTRUTURADA, COM ESPUMA DE 25 MM, FORRADA EM PELÚCIA MACIA, ALÇA DE 40 CM COM BORRACHA, ALÇA TIPO MOCHILA COM MOSQUETÃO, ZÍPER DE 10 PARA FECHAMENTO SEGURO, CAPA ACOLCHOADA, DIMENSÕES: COMPRIMENTO 62 CM X LARGURA 22 CM X ALTURA 15 CM. SUGESTÃO DE MARCA: BESSA, SOLER CAPAS.	UND.	3	369,82	1.109,46
7	SUPORTE ESTANTE PARTITURA HINÁRIO DOBRÁVEL - COR PRETO, PRINCIPAL MATERIAL DE FABRICAÇÃO DE METAL, PINTURA ELETROSTÁTICA E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, BASES EMBORRACHADAS, ARTICULÁVEL E DOBRÁVEL, SISTEMA DE FIXAÇÃO DAS FOLHAS COM MOLAS ALTURA MÁXIMA 140 CM, ALTURA MÍNIMA DE 67 CM E COMPRIMENTO 47 CM. SUGESTÃO DE MARCA: RMV, DOLPHIN.	UND.	60	47,28	2.836,80
8	LUBRIFICANTE PARA PISTO DE 60 ML - PARA INSTRUMENTOS DE SOPRO QUE POSSUEM SISTEMA DE VÁLVULAS (PISTOS). SUGESTÃO: WERIL, YAMAHA.	UND.	15	31,60	474,00
9	GRAXA PARA CORTIÇA E ENCAIXE - PRODUTO VISCOSO, CONSISTENTE E INCOLOR. LUBRIFICA E FACILITA O ENCAIXE DE BOQUILHAS, TUDEL, POMPAS, ENCAIXES, CURVAS.	UND.	15	28,23	423,45
10	PASTA CATÁLOGO PRETA 50 ENVELOPES FINOS - MATERIAL PP, TAMANHO DAS FOLHAS PASTA (FOLHA A4), COMPRIMENTO E LARGURA 30 CM 05 CM, ESPESSURA 6MM.	UND.	80	22,50	1.800,00
11	PALHETA CLARINETE EM SIB. NUMERAÇÃO 2.5 - MATERIAL BAMBU. MODELO RCB CLARINETE. SUGESTÃO DE MARCAS: RIGOL, VANDOREN.	UND.	70	32,96	2.307,20
12	PALHETA SAXOFONE ALTO MIB NUMERAÇÃO 2.5 - MATERIAL CANA PREMIUM. SUGESTÃO DE MARCAS: RIGOL, VANDOREN.	UND.	30	29,65	889,50
13	CAPA BAG TROMPETE ALMOFADADA - CAPA CONFECCIONADA EM NYLON 600, NA COR PRETA, ALMOFADADA COM ESPUMA DE 20MM, FORRADA NYLON DUBLADO NA COR PRETA, COM ALÇA DE MÃO E A TIRA COLO DUPLA COM 40, ZÍPER BIG, SILKADO, COM BOLSO PARA ACESSÓRIOS.	UND.	5	165,96	829,80
14	PALHETA SAXOFONE TENOR SIB NUMERAÇÃO 2.5 - MATERIAL CANA PREMIUM. SUGESTÃO DE MARCAS: RIGOL, VANDOREN.	UND.	30	45,26	1.357,80



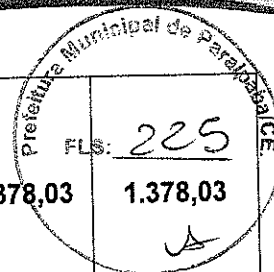
15	ABRAÇADEIRA PARA CLARINETE - EM SIB, METAL NIQUELADA R1467, MODELO CLARINETE, METAL, ACABAMENTO NIQUELADO.	UND.	3	61,33	183,99
16	ABRAÇADEIRA DE METAL P/ SAX ALTO EM MIB - MATERIAL: METAL, DOIS PARAFUSOS.	UND.	2	73,13	146,26
17	CAPA PARA CONTRABAIXO SIMPLES DE NYLON 600 - NYLON 600, ALÇA DE MÃO, ACABAMENTO REFORÇADO, ZÍPER NA LATERAL E SILKADA.	UND.	1	155,52	155,52
18	CAPA DE GUITARRA SIMPLES, NYLON COM ALÇA DE COSTAS - NYLON 600, ALÇA DE MÃO, ALÇA DE COSTAS, ACABAMENTO REFORÇADO, ZÍPER NA LATERAL E SILKADA.	UND.	1	169,09	169,09
19	CAPA BAG PARA BATERIA KIT 6 PEÇAS ALMOFADAS EXTRA LUXO - NYLON 600, TIPO LONA, IMPERMEÁVEL, ULTRA RESISTENTE, FORRO DE NYLON MAGNETADO, ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, ZÍPER DE Nº10, ALÇA DE 40MM, ALÇA DE MÃO COM APOIADOR DE BORRACHA, ACABAMENTO COM ALÇA DE 30MM NO ZÍPER, NA PARTE EXTERIOR DAS BAGS, PEZINHO DE MALA, DUPLAS COSTURAS NAS LATERAIS, PARA REFORÇO DAS BAGS. TOM 12, TOM 13, CAIXA 14, SURDO 16, BUMBO 20, FERRAGEM.	KIT	1	528,10	528,10
20	TALABARTE CORREIA P/ CAIXA E TAROL - TALABARTE EM NYLON COM REGULAGEM DE TAMANHO E 2 GANCHOS, TAMANHO MÍNIMO DE PONTA A PONTA 86CM, E MÁXIMO DE 153CM.	UND.	8	24,32	194,56
21	BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO MARFIM 345 MM PELÚCIA - MACETA POSSUI CABO LONGADO E CABEÇA DE PELÚCIA PARA BUMBO MARCIAL OU DE FANFARRA. POSSUI CORDÃO PENDENTE NO CABO PARA PRÁTICA DE GIROS. COMP. 345MM DIA. 25MM; L. 11 13/16' D. 0,984.	UND.	5	26,77	133,85
22	CADERNO DE MÚSICA GRANDE C/ PAUTAS E TEORIA MUSICAL - CADERNO COM PAUTAS, 50 FOLHAS E CAPA MOLE. TAMANHO GRANDE PARA MAIOR CONFORTO E ESPAÇO: A4.	UND.	20	20,59	411,80
23	BAQUETA PARA BATERIA 7A - POSSUI PONTA PEQUENA E OVAL, MATERIAL: MADEIRA DE BOA QUALIDADE; MEDIDAS: COMPRIMENTO DE 400MM E DIÂMETRO DE 14MM.	UND.	10	25,26	252,60
24	TALABARTE PARA LIRA - MATERIAL: NÁILON E ACOPLADO; AJUSTE NOS DOIS LADOS E PARTE SUPERIOR (OMBROS) EM ACOPLADO COM ESPUMA; ACESSÓRIOS METÁLICOS; COMPRIMENTO X LARGURA: 55 CM X 7 CM. SUGESTÕES DE MARCA: VIBRATOM, LIVERPOOL, BRAZUCAPAS	UND.	22	97,52	2.145,44
25	PAR DE BAQUETAS PARA LIRA - MATERIAL DO CABO: NYLON; ESPESSURA: 330 MM; MATERIAL DA CABEÇA: NYLON; FORMATO DA CABEÇA: ACHATADA E CILÍNDRICA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: COMP.: 330 MM; L.: 13 3/16. SUGESTÕES DE MARCAS: VIBRATOM, LIVERPOOL, SPANKING	PAR	22	56,37	1.240,14
26	PAR DE BAQUETAS PARA CAIXA - MATERIAL: MADEIRA HICKORY; DIÂMETRO: 700''; COMPRIMENTO: 17''; COR: MADEIRA NATURAL;	PAR	4	269,56	1.078,24

Prefeitura Municipal de Paraipaba - CE  
FLS: 224

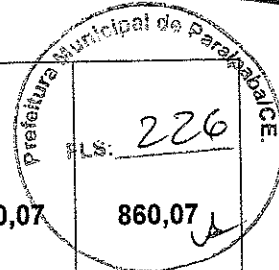
	PONTA ARREDONDADA; FORMATO MÉDIO; GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PROMARK, DIPARDINI, LIVERPOOL				
27	PAR DE BAQUETAS BUMBO PSMB1 - MATERIAL: MADEIRA HICKORY; COR: MADEIRA NATURAL COM PONTA BRANCA; GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PROMARK, DIPARDINI, LIVERPOOL	PAR	1	615,76	615,76
28	PAR DE BAQUETAS PARA TENOR DRUMS - MATERIAL: MADEIRA HICKORY; COMPRIMENTO: 16 7/8; DIÂMETRO: 0.680; COR: MADEIRA NATURAL COM PONTA BRANCA; GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PROMARK, DIPARDINI, LIVERPOOL	PAR	1	456,37	456,37
29	PAR DE BAQUETAS BUMBO PSMB2 - MATERIAL: MADEIRA HICKORY; COR: MADEIRA NATURAL COM PONTA BRANCA; GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PROMARK, DIPARDINI, LIVERPOOL	PAR	1	715,78	715,78
30	PAR DE BAQUETAS BUMBO PSMB3 - MATERIAL: MADEIRA HICKORY; COR: MADEIRA NATURAL COM PONTA BRANCA; GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PROMARK, DIPARDINI, LIVERPOOL	PAR	1	787,26	787,26
31	PAR DE BAQUETAS BUMBO PSMB4 - MATERIAL: MADEIRA HICKORY; COR: MADEIRA NATURAL COM PONTA BRANCA; GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCA: PROMARK, DIPARDINI, LIVERPOOL	PAR	1	919,23	919,23

**VALOR DO LOTE 04.....R\$ 31.989,03**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VR. UNIT.	VR. TOTAL
<b>LOTE 05</b>					
1	CAIXA ATIVA COM BLUETOOTH PRETO 110V/220V 200W - ALTO -FALANTE: 1X WOOFER DE 15", DRIVER: 1X DRIVER DE TITÂNIO, POTÊNCIA RMS: 200W, 2 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, ENTRADA MIC BALANCEADA COM CONECTORES XLR E TRS 1/4", ENTRADA LINE COM CONECTORES XLR, RCA E P2, CONTROLE DE VOLUME MASTER, REPRODUZ ARQUIVOS MP3 ATRAVÉS DE PORTA USB/SD CARD, CONEXÃO VIA BLUETOOTH, RECEPTOR DE FM, LEITOR USB / SD CARD, SAÍDA DE LINHA: XLR, RECEPTÁCULO DE 35 MM. SUGESTÃO DE MARCA: STANER OU YAMAHA.	UND.	2	2.183,38	4.366,76
2	MESA DE SOM PROFISSIONAL DE 12 CANAIS - LR MIX PRINCIPAL, 2 ENTRADAS AUXILIARES, GRAVAÇÃO, EQUALIZADOR DE 7 BANDAS, PHANTON POWER +48 V, CONTROLE INDIVIDUAL POR CANAL E GERAL, CONTROLE DOS CANAIS POR FADERS, SAÍDAS XLR ELETRONICAMENTE BALANCEADAS DE + 26 DBU, CAPACIDADE MÁXIMA DE PRÉ-AMPLIFICAÇÃO +34 DBU PARA MICROFONE OU LINHA, BLUETOOTH, MP3, PROCESSADOR DE EFEITOS DIGITAL E JACKS DE METAL, XLRs BANHADOS A OURO, FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 100 A 240 VAC AUTOMÁTICA.	UND.	1	1.409,49	1.409,49



3	CONTRA BAIXO ELÉTRICO - ORIENTAÇÃO DA MÃO DESTRO; COR: PRETO; ENVERNIZADO; ACABAMENTO DO CORPO; QUANTIDADE DE CORDAS: 4; TIPO DE MADEIRA DO CORPO: POPLAR; TIPO DE MADEIRA DO BRAÇO: MAPLE; QUANTIDADE DE TRASTES: 21; SUGESTÃO DE MARCAS: FENDER, TAGIMA, YAMAHA.	UND.	1	1.378,03	1.378,03
4	GUIARRA ELÉTRICA - TIPOS DE MADEIRA DO BRAÇO: BORDO; QUANTIDADE DE CORDAS: 6; COMPRIMENTO DA ESCALA: 25.5 "; MATERIAL DO TAMPO: BASSWOOD; COM ALAVANCA; QUANTIDADE DE TRASTES: 22; QUANTIDADE DE CAPTADORES: 3; CHAVE SELETORA DE CAPTADORES: 5 POSIÇÕES; FORMA DO BRAÇO: C; CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE PONTE: SYNCH TREMOLO; TIPO DE PONTE: TREMOLO; TIPOS DE CONTROLE: CHAVE SELETORA DE CAPTADORES, TONE, VOLUMEN; TIPOS DE CAPTADORES: SIMPLES; TIPO DE CAPTADOR DO BRAÇO: SINGLE COIL. SUGESTÃO DE MARCAS: FENDER, TAGIMA, YAMAHA	UND.	1	989,37	989,37
<b>VALOR DO LOTE 05.....</b>					<b>8.143,65</b>
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VR. UNIT.	VR. TOTAL
<b>LOTE 06</b>					
1	PRATO MARCHING BAND 13 BANDAS MARCIAIS - MATERIAL: LIGA DE LATÃO; DIÂMETRO: 13 POLEGADAS.	PAR	4	437,86	1.751,44
2	CARRILHÃO 30 NOTAS COM PEDESTAL RETO   PROFISSIONAL - 01 CARRILHÃO DE 30 NOTAS; TIPO: CARRILHÃO; 30 BARRAS DE ALUMÍNIO POLIDO; MATERIAL: MADEIRA DE COMPENSADO; 15MM (TRATADO); MEDIDAS: (A,L,C):8X1,5X48CM; PESO: 690G; EMBALAGEM MEDIDAS: (A,L,C): 11X4,5X51CM; PESO 780G; 01 PEDESTAL PARA CARRILHÃO/PRATO; PONTEIRA REFORÇADA; MATERIAL: AÇO, POLIPROPILENO; MEDIDAS: (ALTURA MÍNIMA, ALTURA MÁXIMA): 1,33X2,01; PESO 1.50KG EMBALAGEM MEDIDAS: (A,L,C):10X15X70CM; PESO 1,7 KG.	UND.	4	327,33	1.309,32
3	XILOFONE PROFISSIONAL DE METAL DE 15 NOTAS COM BOLSA DE METAL - CARACTERÍSTICAS: AS TECLAS DO GLOCKENSPIEL DE METAL SÃO DIFERENTES DAS TECLAS DE MADEIRA; COM MARRETAS E GIG BAG: O XILOFONE DE 15 TECLAS É EQUIPADO COM MARRETAS, FÁCIL DE TOCAR; MATERIAL: METAL DE ALTA QUALIDADE. SUPERFÍCIE LISA, LEVE, SEM REBARBAS. MATERIAL: METAL; TAMANHO: 49CM X 18CM/19,29 7,09PO; 1 BOLSA DE ARMAZENAMENTO 2 MARRETAS	UND.	3	244,08	732,24
4	LIRA - ESPESSURA DAS TECLAS - 9.53 MM; 25 TECLAS EM ALUMÍNIO; DÓ5 - C5 A DÓ7 - C7 CROMÁTICO; ARMAÇÃO EM ALUMÍNIO; CABO RETRÁTIL; DIMENSÕES APROXIMADAS: 72 X 50 X 6 CM; PESO APROXIMADO: 5.4 KG; COR: PRATA. SUGESTÕES DE MARCA: VIBRATOM, DI PARDINI.	UND.	22	1.561,33	34.349,26



5	PAR DE PRATOS TAMANHO DE 14" X 0,9 MM - PARA MARCHING BAND; MATERIAL: BRONZE LIGA B8; TAMANHO: 14" X 0,9 MM; PESO APROXIMADO: 2 KG; MATERIAL DAS CORREIAS: BIDIN; COR DAS CORREIAS: PRETO; ACABAMENTO POLIDO E LUSTRADO (BRILHANTE) E PROTEÇÃO SUPERFICIAL ANTI OXIDAÇÃO; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCAS: PEARL, ADAH, QUASAR.	PAR	1	860,07	860,07
6	PAR DE PRATOS TAMANHO DE 16" X 0,9 MM - PARA MARCHING BAND; MATERIAL: BRONZE LIGA B8; TAMANHO: 16" X 0,9 MM; PESO APROXIMADO: 2,3 KG; MATERIAL DAS CORREIAS: BIDIN; COR DAS CORREIAS: PRETO; ACABAMENTO POLIDO E LUSTRADO (BRILHANTE) E PROTEÇÃO SUPERFICIAL ANTI OXIDAÇÃO; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 90 DIAS. SUGESTÕES DE MARCAS: PEARL, ADAH, QUASAR	PAR	2	1.268,06	2.536,12
7	PRATO DE CONDUÇÃO - MATERIAL: BRONZE LIGA B8; DIÂMETRO: 20 POLEGADAS. SUGESTÕES DE MARCAS: ÓRION, SABIAN, KREST	UND.	1	1.158,03	1.158,03
8	CARRILHÃO - MATERIAL DAS BARRAS: ALUMÍNIO POLIDO; MATERIAL DO CORPO: MADEIRA DE COMPENSADO 15MM (TRATADO); MEDIDAS: 8X1,5X48CM; PESO: 690G; COR: BRANCO OU PRETO; PEDESTAL; MATERIAL: AÇO   POLIPROPILENO; MEDIDAS: 1,33X2,01; PESO: 1.50KG. SUGESTÕES DE MARCA: TORELLI, GOPE, WHITLER DRUMS	UND.	1	330,80	330,80
9	KIT COWBELL - COWBELL; CROMADO; 6"; SUPORTE PARA ARO DE TENOR OU BUMBO. SUGESTÕES DE MARCA: TORELLI, PEARL, ASPIRE	KIT	1	296,90	296,90
10	BLOCO SONORO - COMPOSIÇÃO DO KIT: 1 JAM BLOCK GRAVE; COR VERDE; CORPO DE PLÁSTICO. 1 JAM BLOCK AGUDO; COR: AMARELA; CORPO DE PLÁSTICO. SUGESTÕES DE MARCA: TORELLI, PEARL, ASPIRE	UND.	1	291,67	291,67
11	CLAVE DE PERCUSSÃO - COMPRIMENTO: 21,5CM; DIÂMETRO: 2,65CM; MADEIRA: JATOBÁ. SUGESTÕES DE MARCA: TORELLI, LIVERPOOL, SPANKING	UND.	1	50,12	50,12
<b>VALOR DO LOTE 06.....R\$</b>					<b>43.665,97</b>
<b>VALOR GLOBAL DOS LOTES.....R\$</b>					<b>221.355,58</b>

**1.2.1 Havendo divergências entre as especificações deste termo e as do sistema, prevalecerão as deste termo.**

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme arti. 13 da seção IV do Decreto Municipal Nº 05 de 24 de março de 2023.

1.2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

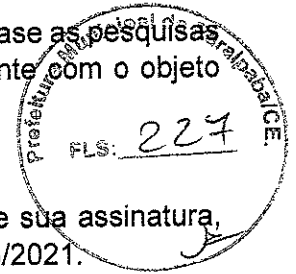
**1.3. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

1.3.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 221.355,58 (duzentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), conforme pesquisas de preços.

1.3.2. Os preços de referência ora apresentados foram estimados tendo como base as pesquisas prévias de preços realizadas junto às empresas do ramo de atividade pertinentes com o objeto em apreço, partes integrantes deste processo.

#### 1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.4.1. O prazo de vigência do contrato é até 31/12/2024, iniciando na data de sua assinatura, com prazo a contar na forma do artigo 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14133/2021.



## 2. DA NECESSIDADE E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição se faz necessária para dar suporte aos Projetos Pedagógicos (professores, alunos e colaboradores) no auxílio de aprendizagem.

2.2. OBJETIVO: a aquisição tem por objetivo incentivar os jovens o gosto pela música e aprendizagem para o manuseio de instrumentos musicais, visando proporcionar melhoria dos serviços oferecidos dos Projetos Pedagógicos e banda musical, bem como auxiliar na realização de eventos que por ventura venham a utilizá-la.

2.2. Os produtos em questão deverão ser adquiridos de empresas especializadas que efetivamente comercializem os itens em questão, primando pelo princípio da especificidade do ramo de atividade.

## 3. DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.

3.1. – O Processo de Licitação será exclusivo para as microempresas - ME e empresas de pequeno porte – EPP, conforme estabelece o art. 48 I, da LC nº.147/2014, a seguir.

Art. 48. [...]

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014); "grifos nosso"

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

4.1.1.2. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso).

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.4. Da Indicação de marcas ou modelos:

4.4.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) marca(s) aprovadas pelo INUMENTRO.

#### 4.5. Das amostras e garantia, manutenção e assistência técnica:

4.5.1. A Unidade Gestora poderá se valer da análise técnica dos itens propostos, antes da contratação, e exigir amostra da licitante vencedora, para verificação do atendimento das especificações mínimas dos produtos constantes neste Termo de Referência.

4.5.2. A amostra que não atender as especificações e padrões de aceitabilidade terá o respectivo item da proposta imediatamente desclassificado.

4.5.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.5.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.5.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.5.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta do segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.5.7. As amostras apresentadas permanecerão sob a guarda da Administração até a homologação. Após a homologação, os respectivos bens deverão ser retirados no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a comunicação da Secretaria. Findo o prazo aludido, a Administração providenciará o descarte das amostras.

4.5.8. As amostras que atenderem às especificações e padrões de aceitabilidade previstas no edital deverão permanecer à disposição da Administração até assinatura do contrato, quando os licitantes terão o prazo de 30 (trinta) dias para recolhê-las. Na hipótese das amostras rejeitadas, estas deverão ser retiradas pelas licitantes máximo de 05 (cinco) dias após a comunicação da Secretaria. Não havendo a retirada, os respectivos bens serão descartados pela Administração.

4.5.9. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### 4.6. Da Garantia, manutenção e assistência técnica

4.6.1. O prazo de garantia do bem objeto da contratação é aquele estabelecido pelo fabricante nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

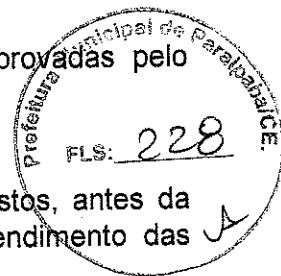
4.6.2. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

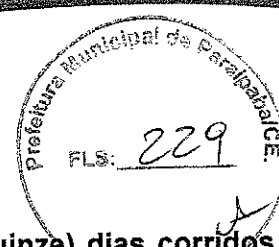
4.6.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E SUBCONTRATAÇÃO

5.1. O prazo de execução do objeto contratual é **até 31 de dezembro 2024**, contado a partir da assinatura do contrato.

5.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.113/2021.





### 5.1.2. Da subcontratação

5.1.2.1. Não será admitida a subcontratação

### 5.2. Condições de Entrega

5.2.1. O objeto contratual deverá ser **entregue, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, nos horários, local e dias estabelecido no respectivo documento.

5.2.2. A quantidade ou prazo da entrega excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do contratante, devendo o contratado ser informado de forma antecipada de no mínimo 02 (dois) dias antes do prazo previsto para entrega.

5.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.2.4. O prazo de validade dos produtos na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, do prazo total recomendado pelo fabricante/produtor.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade máxima àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial, caso necessário, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. Cabe ao gestor do contrato, em tempo hábil, verificar o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo



acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser **substituídos no prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.5. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.3.2.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

### 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

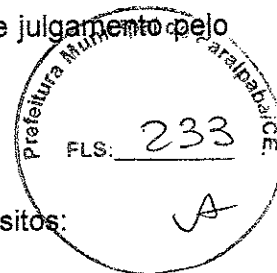
### 7.5. Antecipação de pagamento

7.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Art. 62 da Lei nº. 14.133/2021**



8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

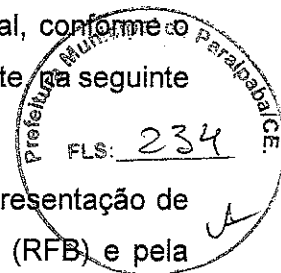
8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (CGF) ou municipal (ISS), conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.13. Prova da regularidade para com Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal, conforme o ramo de atividade compatível, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente da seguinte forma:



a) A prova de regularidade com a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual ou equivalente.

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal ou equivalente.

8.14. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.15. Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011;

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.16. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

8.17. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.17.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

8.17.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.18. Comprovação do Patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, conforme planilha constante do Termo de Referência (anexo I) deste edital, devendo a comprovação ser feita através do Balanço Patrimonial do último exercício encerrado.

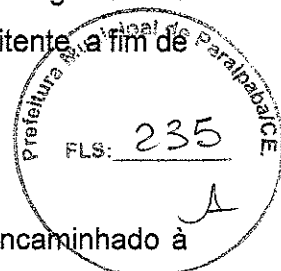
#### **Qualificação Técnica**

8.19. Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, conforme especificação no Termo de Referência.

a) Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o agente de contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio, poderão promover diligência junto a emitente a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão, e:

I. Constatada a veracidade, será confirmada a habilitação da licitante;

II. Constatada a não veracidade, a licitante será inabilitada, sendo o fato encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que seja aberto processo administrativo, e comprovado o dolo, aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente



## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação correrão pela fonte de recursos desta secretaria/órgão, com as seguintes dotações:

09.01 12.368.0171.2.053.0000 - Gestão Administrativa da Secretaria de Educação - SME

09.02 12.368.0180.2.062.0000 - Implementação de Escolas em Tempo Integral - Educação Básica - MDE

09.03 12.361.0173.2.068.0000 - FDB30 Desenvolvimento do Ensino Fundamental

09.03 12.365.0174.2.070.0000 - FDB30 Desenvolvimento da Educação Infantil

09.03 12.368.0180.2.076.0000 - FDB30 Implementação de Escola em Tempo Integral - Educação Básica

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo - 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9.3 .**FONTE DE RECURSO:** Próprio do Erário, Governo Federal (FUNDEB. TEMPO INTEGRAL e Governo Estadual.

## 10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Prefeitura Municipal de Paraipaba  
FLS: 236  
A

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.5. Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

10.1.7. Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo (a) CONTRATADO (A) no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.2. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo (a) CONTRATADO (A) com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa aos Tributos municipais; 2) Certidão Conjunta

relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.8. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

11.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

11.1.12. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

11.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Fls. 238

- 12.1. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, constando todas as condições necessárias e suficientes, conforme disposto nos incisos XXIII do art. 6º da Lei Nº. 14.133/2021.
- 12.2. Reproduza-se fielmente este termo de referência na minuta do edital e o que for necessário.

Paraipaba/CE, 10 de julho de 2024.



FRANCISCO HENES FERREIRA CUNHA  
Secretário Municipal de Educação e Desporto





**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO N.º-----**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 PROCESSO N.º 2024.07.16-0001**

O MUNICÍPIO DE PARAIPABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Joaquim Braga, 296, centro, Paraipaba – CE, através da \_\_\_\_\_, CNPJ N.º. -----, neste ato representada pelo Ordenador(a) de Despesas, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º -----, doravante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA: Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o presente termo de contrato, regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, nos termos das seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Este contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADOS PARA OS PROJETOS PEDAGÓGICOS, ENSAIOS E EVENTOS NAS ESCOLAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE, conforme descrição constante no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

1.1.1 - A vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

2.1 - Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1 – A vigência deste contrato será até 31 de dezembro 2024 contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

3.2 – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

4.1 – Fica o valor global do presente contrato em R\$ ... (-----), seguindo-se os valores unitários do Anexo.

4.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 – Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, após cada entrega efetivamente realizada, conforme Solicitação de Fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto e posteriormente à liquidação.

5.2 – Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a CONTRATADA deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra bem legível o nome do Município de Paraipaba e a inscrição no CNPJ n.º -----.

5.3 – A(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s) deverá(ão) ser entregue(s) pela CONTRATADA diretamente ao(s) servidor(es) lotado(s) na Secretaria ----- Requisitante, que somente atestará(ão) a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) e liberará(ão) a(s) referida(s) nota(s) fiscal(is) para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuadas.

5.4 – Havendo erro na(s) nota(s) fiscal(is) ou circunstância(s) que impeça(m) a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) à CONTRATADA pela Secretaria ----- Requisitantes e o(s) pagamento(s) ficará(ão) pendente(s) até que aquele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Paraipaba.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO**

6.1 – Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

6.2 – O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, em sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice IPCA.

6.3 – A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

6.4 – O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

6.5 – No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



7.1 – As despesas decorrentes da contratação correrão pela fonte de recursos desta secretaria/órgão, com a seguinte dotação: ----- Elementos de Despesas nº -----

### CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – Os representantes do CONTRATANTE especialmente designados como Fiscais do Contrato, que deverão ser nomeados pelo Secretário da Pasta, serão os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato.

8.2 – A fiscalização do presente contrato será exercida por ----- representante da Administração, nomeado mediante Portaria -----.

### CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA DO OBJETO

9.1 – Os itens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, em total conformidade com o Termo de Referência (Anexo I).

9.2 – O prazo estipulado no item anterior poderá ser prorrogado caso seja do interesse da Secretaria Requisitante em acordo com a CONTRATADA.

9.3 – O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional. Caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, a CONTRATADA deverá substituí-lo ou complementá-lo.

9.4 – Ao Município de Paraipaba reserva-se o direito de não receber no todo ou em parte o objeto entregue em desacordo com o previsto neste contrato, podendo cancelar o mesmo e aplicar o disposto no art. 90, § 7º da Lei Federal n.º 14.133.

9.5 – A CONTRATADA é obrigada a substituir, de imediato e as suas expensas, mercadorias em que se verificarem irregularidades.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3 – Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

10.5 – Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.



10.6 – Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato.

10.7 – Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

10.8 – Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.8.2 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.9 – Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 – O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

11.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

11.3 – Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.6 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.7 – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa aos Tributos municipais; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4)



# Prefeitura de **Paraipaba**



Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.8 – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

11.9. - Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços

11.10 – Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

11.13 – Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

11.14 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.16 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.17 – Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres

11.18 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.19 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.20 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES**

Rua Joaquim Braga, 296 – Centro – Paraipaba - Ceará - CEP 62685-000

CNPJ: 10.380.680/0001-42 – CGF 06.920.292-3

[www.paraipaba.ce.gov.br](http://www.paraipaba.ce.gov.br)



12.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 – A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133 de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1 – Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- XII – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- XIII – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013;
- XIV – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.13;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 e subitens 13.1.6 a 13.1.7 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;



XV – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

XVI – Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

XVII – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

XVIII – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

XIX – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.2 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 – A aplicação das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

14.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.2 – Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa quando esta:

14.2.1 - venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico- financeira;

14.2.2 - for envolvida em escândalo público e notório;

14.2.3 - quebrar o sigilo profissional;

14.2.4 - utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de Paraipaba;

14.2.5 - na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

14.3 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no art. 149 da Lei Federal nº 14.133/21.



14.3.1. Este contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 e na forma prevista no art. 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3.1.1. Os casos de extinção do contrato serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa nos casos enumerado no caput do art nº 137.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

15.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

16.1 – Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, o Decreto Federal nº 11.462/23.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1 – Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

18.2 – O contrato será ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de assinatura, como condição de eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1 – Fica eleito o foro da comarca de Paraipaba, estado do Ceará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da última assinatura.

PARAIPABA/CE, ..... de ..... de 2024.

\_\_\_\_\_  
Ordenadora de Despesas da Secretaria  
de \_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante da Empresa  
Nome da Empresa  
**CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:





ANEXO III

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º .....

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

- 1) cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 2) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 3) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Local Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



ANEXO IV  
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ  
sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a)

\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º  
\_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins e sob as  
penas da lei:

- Cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.;
- Ter ciência de que a obtenção de benefícios da Lei Complementar 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4 da Lei 14133/2021;

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Local Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



ANEXO V  
DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA FINAL NEGOCIADA

1. São requisitos da proposta de preços **NEGOCIADA**:

- I - Ser preenchida, **preferencialmente**, através do Anexo V.1 do presente Edital, por meio mecânico;
  - II - Não apresentar emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade;
  - III - Carta proposta comercial, contendo os **preços unitários e valor global com 02 (duas) casas decimais** após a vírgula (R\$ 0,00);
  - IV - Conter identificação do licitante;
  - V - Condições de pagamento: de acordo com o disposto neste Edital;
  - VI - Prazo de entrega do objeto: de acordo com as normas previstas no Termo de Referência;
  - VII - Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;
  - VIII - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início do certame;
  - IX - Conter a marca dos produtos cotados.
- 1.1.1. A omissão da indicação na proposta dos incisos "V", "VI" e "VIII" do item anterior, implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Serão rejeitadas as propostas que:

- 1.2.1 Sejam incompletas, isto é, contenham informações insuficientes que não permitam a perfeita identificação dos produtos licitados.
- 1.2.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do pregoeiro.
- 1.2.3. Contiverem marcas diferentes daquelas informadas no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

1.3. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.



# Prefeitura de Paraipaba



## ANEXO V.1 MODELO - PROPOSTA DE PREÇOS (NEGOCIADA)

A empresa \_\_\_\_\_ com sede à \_\_\_\_\_ cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_, propõe ao Município de \_\_\_\_\_ o constante no objeto do **Edital de PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)**, conforme segue:

a) Considera como proposta, no valor total de R\$ .....(valor por extenso):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QTDE	VR. UNIT. R\$	VR. TOTAL R\$

- b) Condições de pagamento \_\_\_\_\_ (conforme edital).  
c) O prazo de entrega é \_\_\_\_\_ (conforme previsto no edital).  
d) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da licitação.  
e) Se vencedora da licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Sr. \_\_\_\_\_ portador da Carteira de Identidade RG nº. \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_

residente à Rua \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ e-mail. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.